

FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA

**Demonstrações contábeis
em 31/12/2021 e Relatório dos
Auditores independentes**

Março de 2022

**CONHECIMENTO LOCAL,
ALCANCE GLOBAL**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores Conselheiros e Membros da Diretoria da
FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA

Opinião

Examinamos as Demonstrações contábeis da Fundação Viva de Previdência ("Fundação" ou "Entidade"), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de "consolidado", por definição da Resolução CNPC nº 43/2021) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais do ativo líquido, da mutação dos ativos líquidos e das provisões técnicas, todas relativas ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa Opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Viva de Previdência e individual por Plano de benefícios em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho consolidado e por Plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfases

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

- 1) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 7 b), a Entidade é ré em ação judicial coletiva movida pelo SINDISPREV – RJ, onde foi requerido a descaracterização do Plano de Benefícios Viva Pecúlio e a consequente devolução dos valores das contribuições vertidas pelos participantes desde o momento da sua primeira contribuição ao plano até os dias atuais. Em 31 de agosto de 2018 ocorreu a condenação da Fundação em 1ª instância para promover a devolução das contribuições, cujo valor apurado com base nos critérios definidos em sentença judicial totaliza R\$ 173.587 mil em 31 de dezembro de 2021, sendo que R\$80.964 mil estão reconhecidos no Exigível contingencial e R\$ 92.623 mil compõe o saldo das provisões matemáticas do Plano consideradas em Nota técnica atuarial. A Entidade recorreu da decisão judicial que lhe foi desfavorável e aguarda julgamento do recurso.
- 2) O plano VIVA PECÚLIO apresenta superávit acumulado de R\$308.688 mil em 31 de dezembro de 2021, conforme apresentado no balanço patrimonial consolidado e nas Demonstrações do ativo líquido e das provisões técnicas. A Nota explicativa nº 9 detalha que este superávit é o excedente patrimonial dos recursos financeiros do Plano se comparados com as obrigações que possuem risco atuarial, sendo ele é dividido em duas contas, a saber: Reserva de Contingência de R\$127.965 mil e Reserva Especial para revisão do plano de R\$180.993 mil. De acordo com a Resolução CNPC 30/2018, havendo saldo de Reserva Especial por três exercícios consecutivos, a Entidade deverá promover a revisão do plano de benefício para destinação do excedente superior à Reserva de contingência. A Fundação VIVA deverá promover a revisão do plano em 2022.
- 3) O plano VIVA PECÚLIO apresenta Provisões matemáticas com característica de Benefício definido no montante de R\$840.101 mil (R\$1.069.371 mil em 31/12/2020), classificadas como “Benefícios a conceder, conforme informado na Demonstração das provisões técnicas do plano. A redução desta provisão em R\$229.270 mil em 2021, se deu, dentre outros motivos, pela revisão da base de cálculo de obrigação decorrente dos cancelamentos das inscrições de participantes requeridos por eles próprios ou por conta de inadimplência com suas contribuições. De acordo com o descrito na Nota explicativa 8.1 c), em decorrência do recálculo da estimativa dessa provisão, a Fundação reverteu a importância de R\$ 115.554 mil, que contribuiu de forma relevante na apuração do superávit do plano, de R\$ 35.401 mil. Ademais, a Fundação transferiu o valor remanescente desta provisão para um Fundo Previdencial específico, conforme apresentado na Nota explicativa nº 10 c) apoiado em parecer técnico atuarial.

Outro assunto

As Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos uma Opinião sem ressalvas em 12 de março de 2021 e conteve o mesmo parágrafo apresentado no item 1) do tópico Ênfase supra.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis e o Relatório dos Auditores

Os Gestores da Fundação Viva são responsáveis por prepararem outras informações da Fundação Viva de Previdência e divulgá-las no Relatório Anual de Informações - RAI. Este relatório é requerido pela Instrução PREVIC 13/2014 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações contábeis da Entidade remetidas para a PREVIC. O relatório deverá conter, entre outros assuntos, informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes.

De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os Auditores devem efetuar leitura e verificação de consistência dessas informações em relação às Demonstrações contábeis auditadas. Na data de emissão deste relatório, o RAI de 2021 ainda estava em fase de elaboração e, por esta razão, não efetuamos a leitura do mesmo, cujo prazo final de entrega é previsto para ocorrer até o final de abril de 2022.

Nossa Opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais - RAI e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Fundação.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2022

Teixeira & Associados
TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC MG 5.194 CNAI PJ MG20



Teixeira
Domingos Xavier Teixeira
Sócio e Diretor Executivo
Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E
INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS E
NOTAS EXPLICATIVAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020**

CONTEÚDO

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS	3
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL – CONSOLIDADO	4
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO	5
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA EMPRESARIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA FUTURO	7
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO ANAPARPREV	8
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO	9
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA EMPRESARIAL	10
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA FUTURO	11
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO ANAPARPREV	12
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO CONSOLIDADO	13
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO	14
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA EMPRESARIAL	15
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA FUTURO	16
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO ANAPARPREV	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18 - 49



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO	Nota	2021	2020
DISPONÍVEL		151	27	EXIGÍVEL OPERACIONAL		4.044	5.066
REALIZÁVEL		2.938.441	2.625.386	Gestão Previdencial	6.1	2.383	2.802
Gestão Previdencial	4.1	6.954	8.336	Gestão Administrativa	6.2	1.659	2.264
Gestão Administrativa	4.2	1.495	476	Gestão dos Investimentos		2	-
Investimentos	4.3	2.929.992	2.616.574	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7	123.378	111.620
Títulos Públicos		246.619	497.699	Gestão Previdencial		90.662	76.120
Fundos de Investimento		2.649.495	2.087.379	Gestão Administrativa		1.220	348
Operações com Participantes		2.382	-	Investimentos		31.496	35.152
Depósitos Judiciais / Recursais		31.496	31.496	PATRIMÔNIO SOCIAL		2.811.758	2.509.376
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		588	649	Patrimônio de Cobertura do Plano		2.547.204	2.382.358
Imobilizado	5	483	501	Provisões Matemáticas	8	2.238.516	2.109.071
Intangível	5	105	148	Benefícios Concedidos		596.086	393.219
				Benefícios a Conceder		1.642.430	1.715.852
				Equilíbrio técnico	9	308.688	273.287
				Resultados Realizados		308.688	273.287
				Superávit Técnico Acumulado		308.688	273.287
				Fundos	10	264.554	127.018
				Fundos Previdenciais		250.472	118.927
				Fundos Administrativos		13.805	8.091
				Fundo Garantia das Operações com Participantes		277	-
TOTAL DO ATIVO		2.939.180	2.626.062	TOTAL DO PASSIVO		2.939.180	2.626.062

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL – CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021	2020 Reclassificado	%
A.) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO		2.509.376	2.879.467	-12,85%
1. Adições		126.816	161.761	-21,60%
Contribuições Previdenciais		56.089	50.875	10,25%
Portabilidade		20.807	251	8.189,64%
Outras Adições Previdenciais		6.840	301	2.172,43%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3	24.492	91.839	-73,33%
Receitas Administrativas	11.1	18.249	18.375	-0,68%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	11.1	339	121	181,16%
2. Deduções		(434.878)	(531.852)	-18,23%
Benefícios	12 a)	(342.052)	(393.848)	-13,15%
Resgates		(17.602)	(11.651)	51,08%
Portabilidades		(1.203)	-	-
Outras Deduções	12 b)	(41.029)	(41.157)	-0,31%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	7	(14.542)	(66.038)	-77,98%
Despesas Administrativas	11.2	(17.552)	(18.810)	-6,69%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa		(871)	(348)	150,09%
Reversão de Fundos para Garantia das Operações com Participantes		(27)	-	100,00%
3. Acréscimos/(Decréscimos) no Patrimônio Social (1+2)		(308.062)	(370.091)	-16,76%
Provisões Matemáticas	8	(475.146)	(223.687)	112,42%
Superávit Técnico do Exercício	9	35.401	(139.695)	-125,34%
Fundos Previdenciais	10	131.545	(6.046)	-2275,74%
Fundos Administrativos		165	(663)	-124,89%
Fundos para Garantia das operações com Participantes		(27)	-	-
4. Operações Transitórias	1.2	610.444	-	-
B.) PATRIMÔNIO SOCIAL - FIM DO EXERCÍCIO (A+3+4)		2.811.758	2.509.376	12,05%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021	2020 Reclassificado	%
A.) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		2.416.532	2.792.028	-13,45%
1. Adições		65.457	130.667	-49,91%
Contribuições	4.1	39.534	40.181	-1,61%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3	25.923	90.185	-71,26%
Outras Adições		-	301	-100,00%
2. Destinações		(367.977)	(506.163)	-27,30%
Benefícios	12 a)	(309.471)	(393.848)	-21,42%
Resgates		(3.169)	(5.120)	-38,11%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	7	(14.324)	(66.038)	-78,31%
Outras Deduções		(41.013)	(41.157)	-0,35%
3. Acréscimos/(Decréscimos) no Patrimônio Social (1+2)		(312.520)	(375.496)	-16,77%
Provisões Matemáticas	8	(469.191)	(232.176)	102,09%
Fundos Previdenciais	9	121.270	(3.625)	-3445,38%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	10	35.401	(139.695)	-125,34%
B.) ATIVO LÍQUIDO - FIM DO EXERCÍCIO (A+3)		<u>2.114.012</u>	<u>2.416.532</u>	<u>-12,52%</u>
C.) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS		(386)	(663)	-41,78%
Fundos Administrativos		(386)	(663)	-41,78%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA EMPRESARIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021	2020 Reclassificado	%
A.) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		84.012	78.595	6,89%
1. Adições		12.341	11.947	3,30%
Contribuições		12.284	10.297	19,30%
Portabilidades		-	12	-100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3	-	1.638	-100,00%
Outras Adições		57	-	-
2. Destinações		(9.659)	(6.530)	47,92%
Benefícios	12 a)	(2.010)	-	-
Resgates		(7.282)	(6.530)	11,52%
Portabilidades		(113)	-	-
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3	(251)	-	-
Outras Deduções	12 b)	(3)	-	-
3. Acréscimos no Patrimônio Social (1+2)		2.682	5.417	-50,49%
Provisões Matemáticas	8	2.407	7.838	-69,29%
Fundos Previdenciais	10	275	(2.421)	-111,36%
B.) ATIVO LÍQUIDO - FIM DO EXERCÍCIO		86.694	84.012	3,19%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO VIVA FUTURO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021	2020 Reclassificado	%
A.) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		741	90	722,73%
1. Adições		5.835	652	795,59%
Contribuições		806	397	103,27%
Portabilidades		4.982	239	1984,78%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3	47	16	188,90%
2. Destinações		(1.608)	(1)	160607,32%
Benefícios	12 a)	(1.607)	(1)	160551,59%
Outras Deduções		(1)	-	-
3. Acréscimos no Patrimônio Social (1+2)		4.227	651	550,31%
Provisões Matemáticas	8	4.227	651	550,31%
B.) ATIVO LÍQUIDO - FIM DO EXERCÍCIO		4.968	741	570,91%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS – PLANO ANAPARPREV

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021
A.) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		-
1. Adições		<u>26.073</u>
Contribuições		3.465
Portabilidades		15.825
Outras Adições		6.783
2. Destinações		<u>(38.662)</u>
Benefícios	12 a)	(28.964)
Resgates		(7.150)
Portabilidade		(1.089)
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.3	(1.227)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	7	(219)
Outras Deduções	12 b)	(13)
3. Deduções no Patrimônio Social (1+2)		<u>(12.589)</u>
Provisões Matemáticas	8	(12.589)
4. Operações Transitórias	1.2	<u>604.591</u>
B.) ATIVO LÍQUIDO - FIM DO EXERCÍCIO (A+3+5)		<u><u>592.002</u></u>
C.) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS		<u>(386)</u>
Fundos Administrativos		(386)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021	2020	%
1. Ativos		2.246.169	2.540.088	-11,57%
Disponível		47	23	104,97%
Recebível	4.1	14.473	14.851	-2,55%
Investimento	4.3	2.231.649	2.525.214	-11,63%
Títulos Públicos		246.619	484.683	-49,12%
Fundos de Investimento		1.953.534	2.009.035	-2,76%
Depósitos Judiciais/Recurais		31.496	31.496	0,00%
2. Obrigações		(124.452)	(115.465)	7,78%
Operacional		(2.512)	(4.193)	-40,06%
Contingencial	7	(121.940)	(111.272)	9,59%
3. Fundos Não Previdenciais		(7.705)	(8.091)	-4,77%
Fundos Administrativos	4.1	(7.705)	(8.091)	-4,77%
4. Ativo Líquido (1+2+3)		2.114.012	2.416.532	-12,52%
Provisões Matemáticas	8	1.555.319	2.024.510	-23,18%
Superávit Técnico	9	308.688	273.287	12,95%
Fundos Previdenciais	10	250.005	118.735	110,56%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA EMPRESARIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO		2021	2020	%
1. Ativos		86.784	84.174	3,10%
Disponível		7	-	-
Recebível	4.2	57	1.577	-96,40%
Investimento	4.3	86.721	82.597	4,99%
Títulos Públicos		-	13.016	-100,00%
Fundos de Investimento		86.721	69.581	24,63%
2. Obrigações		(91)	(162)	-43,94%
Operacional		(91)	(162)	-43,94%
3. Ativo Líquido (1+2)		86.694	84.012	3,19%
Provisões Matemáticas	8	86.227	83.820	2,87%
Fundos Previdenciais	10	467	192	143,23%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO VIVA FUTURO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO		2021	2020	%
1. Ativos		4.974	741	571,32%
Disponível		25	2	1198,07%
Recebível		-	1	-100,00%
Investimento	4.3	4.949	738	570,53%
Fundos de Investimento		4.949	738	570,53%
2. Obrigações		(6)	-	-
Operacional		(6)	-	-
3. Ativo Líquido (1+2)	8	4.968	741	570,45%
Provisões Matemáticas		4.968	741	570,45%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO ANAPARPREV

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021
1. Ativos		599.992
Disponível		70
Recebível		6.229
Investimento	4.3	593.693
Fundos de Investimento		591.311
Operações com participantes		2.382
2. Obrigações		(1.613)
Operacional		(1.394)
Contingencial	7	(219)
3. Fundos Não Previdenciais		(6.377)
Fundo Administrativo	4.1	(6.100)
Fundo Garantia Operações com Participantes	10	(277)
4. Ativo Líquido (1+2+3)		592.002
Provisões Matemáticas	8	592.002

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021	2020 Reclassificado	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		8.091	8.754	-7,57%
1. Custeio da Gestão Administrativa		18.588	18.495	0,50%
1.1 Receitas	11.1	18.588	18.495	0,50%
Custeio Administrativo dos Investimentos		18.185	18.347	-0,88%
Taxa de Administração de Emprést. E Financ.		3	-	-
Receitas Diretas		49	28	75,25%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos		339	121	181,16%
Outras Receitas		12	-	-
2. Despesas Administrativas		(17.552)	(18.811)	-6,69%
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	11.2	(17.552)	(18.811)	-6,69%
Pessoal e Encargos		(11.750)	(12.911)	-8,99%
Treinamentos, Congressos e Seminários		(244)	(242)	0,73%
Viagens e Estadias		(180)	(220)	-18,39%
Serviços de Terceiros		(2.983)	(2.848)	4,73%
Despesas Gerais		(1.819)	(1.629)	11,67%
Depreciações e Amortizações		(294)	(204)	43,94%
Tributos		(283)	(757)	-62,56%
3. Constituição de Contingências Administrativas	7	(871)	(348)	150,40%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios		-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos		-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)		165	(663)	-124,85%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)		165	(663)	-124,85%
8. Operações Transitórias	1.2	5.549	-	-
A) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)		<u>13.805</u>	<u>8.091</u>	<u>70,62%</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA DE PREVIDÊNCIA E PECÚLIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021	2020	%
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)		2.238.464	2.531.997	-11,59%
1. Provisões Matemáticas	8.1	1.555.319	2.024.510	-23,18%
1.1. Benefícios Concedidos		205.860	393.220	-47,65%
Contribuição Definida		205.860	393.220	-47,65%
1.2. Benefícios a Conceder		1.349.459	1.631.290	-17,28%
Contribuição Definida		509.358	561.919	-9,35%
Saldo de Contas - Parcela Participantes		509.358	561.919	-9,35%
Benefício Definido		840.101	1.069.371	-21,44%
2. Equilíbrio Técnico	9	308.688	273.287	12,95%
2.1. Resultados Realizados		308.688	273.287	12,95%
Superávit Técnico Acumulado		308.688	273.287	11,62%
Reserva de Contingência		127.695	169.496	-24,66%
Reserva para Revisão do Plano		180.993	103.791	77,38%
3. Fundos	10	250.005	118.735	110,56%
3.1. Fundos Previdenciais		250.005	118.735	110,56%
4. Exigível Operacional		2.512	4.193	-40,08%
4.1. Gestão Previdencial		1.131	2.689	-57,93%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial		1.381	1.504	-8,16%
5. Exigível Contingencial	7	121.940	111.272	9,59%
5.1. Gestão Previdencial		90.444	76.120	18,82%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial		31.496	35.152	-10,40%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA EMPRESARIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021	2020	%
Provisões Técnicas (1+2+3)		86.784	84.174	3,10%
1. Provisões Matemáticas	8	86.226	83.820	2,87%
1.1. Benefícios Concedidos		933	-	-
Contribuição Definida		933	-	-
1.2. Benefícios a Conceder		85.293	83.820	1,76%
Contribuição Definida		85.293	83.820	1,76%
Saldo de Contas - Parcela Participantes		38.542	37.438	2,95%
Benefício Definido		46.751	46.382	0,80%
2. Fundos	10	467	192	143,07%
2.1. Fundos Previdenciais		467	192	143,07%
3. Exigível Operacional		91	162	-43,94%
3.1. Gestão Previdencial		37	113	-67,20%
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial		54	49	9,73%

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO VIVA FUTURO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021	2020	%
Provisões Técnicas (1+4)		4.975	741	571,36%
1. Provisões Matemáticas	8	4.968	741	570,50%
1.1. Benefícios Concedidos		35	-	-
Contribuição Definida		35	-	-
1.2. Benefícios a Conceder		4.933	741	565,77%
Contribuição Definida		4.933	741	565,77%
Saldo de Contas - Parcela Participantes		4.933	741	565,77%
2. Exigível Operacional		6	-	100,00%
2.1. Gestão Previdencial		3	-	-
2.2. Investimentos - Gestão Previdencial		3	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO ANAPARPREV

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Nota	2021
Provisões Técnicas (1+2+3+4)		593.892
1. Provisões Matemáticas	8	592.002
1.1. Benefício Concedidos		389.258
Contribuição Definida		389.258
1.2. Benefícios Concedidos		202.744
Contribuição Definida		202.744
Saldo de Contas - Parcela Instituidores		4.779
Saldo de Contas - Parcela Participantes		197.965
2. Fundos	10	277
2.1. Fundos Para Garantia das Operações com Participantes		277
3. Exigível Operacional		1.394
3.1. Gestão Previdencial		1.211
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial		183
4. Exigível Contingencial	7	219
4.1. Gestão Previdencial		219

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de Reais

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – A Entidade

A FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA, doravante designada “Fundação” ou “VIVA Previdência”, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar multipatrocinada e multi-instituída, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou, por meio da Portaria nº 60 (DOU nº 23 de 01/02/2017) e, posteriormente modificado por meio da Portaria nº 981 (DOU de 19/11/2019), o estatuto da Entidade. A Fundação tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional.

São finalidades da Fundação:

- I. Instituir, administrar, operacionalizar e executar Planos de Benefícios Previdenciários oferecidos por pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado e acessíveis:
 - a) a todos os empregados de uma empresa ou grupo de empresas, públicas ou privadas, e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
 - b) aos associados de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial;
- II. Desenvolver trabalhos visando a adesão aos Planos de Benefícios por ela instituídos, administrados ou operados.

A Fundação pode realizar e manter acordos, contratos e convênios com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

1.2 – Planos Administrados

Atualmente são administrados quatro planos previdenciários, que estão devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, conforme especificados a seguir:

I. Plano Viva de Previdência e Pecúlio

O Plano Viva de Previdência e Pecúlio, anteriormente possuía a denominação de Plano de Pecúlio Facultativo – PPF, CNPB 1990.0011-65, na modalidade de Benefício Definido.

O Plano Viva de Previdência e Pecúlio é um plano instituído e destinado para os participantes e assistidos ligados às instituidoras ANVIVA, SINDPREVS-SC, SINTPREV-MG, ANFIP, SINDPREVS-CE e SINDPREVS-RN. O plano oferece benefícios aos seus participantes e assistidos, conforme regulamento vigente.

II. Plano de Benefícios Viva Empresarial Multipatrocinado de Contribuição Definida

Anteriormente denominado “GEAPREV”, o plano de benefícios Viva Empresarial, registrado sob CNPB nº 2005.0006-47 e classificado como um plano de Contribuição Definida, é destinado aos participantes ligados as patrocinadoras GEAP Autogestão em Saúde e Fundação Viva de Previdência. O plano oferece benefícios aos seus participantes conforme regulamento vigente. O Plano era na modalidade de Contribuição Variável até 2019, sendo alterado para Contribuição Definida através do Regulamento aprovado pela PREVIC em 2020.

III. Plano de Benefícios Previdenciários VIVA FUTURO de Contribuição Definida

Implementado pela VIVA em 2019, denominado “VIVA FUTURO”, CNPB 2019.0007-92, sendo um Plano Instituído na modalidade de Contribuição Definida, visa dar cobertura previdenciária aos participantes ligados às instituidoras ANVIVA, ANPREV e ANESG. O plano oferece benefícios aos seus participantes conforme regulamento vigente.

IV. Plano de Benefício Previdenciário ANAPARPREV

Plano denominado “ANAPARPREV”, CNPB 2008.0008-18, foi migrado à Fundação VIVA considerando os saldos contábeis posicionados em 30 de abril de 2021 por meio da transferência de gerenciamento de outra EFPC, sendo um plano Instituído na modalidade de Contribuição Definida. O plano visa dar cobertura previdenciária aos participantes ligados à ANAPAR e oferece benefícios aos seus participantes conforme regulamento vigente. A composição patrimonial dos valores transferidos à Fundação Viva em 2021 é apresentada a seguir:

Transferência Gerenciamento	Valor Transferido
<u>Patrimônio Social</u>	<u>610.444</u>
Patrimônio de Cobertura do Plano	604.591
<u>Provisões Matemáticas</u>	<u>604.591</u>
Benefício Concedidos	417.866
Saldo de Contas dos Assistidos	417.866
Benefícios a Conceder	186.725
Saldo de Contas - Patrocinadora	4.308
Saldo de Contas - Parcela Participantes	51.076
Saldo de Contas - Parcela Participantes portabilidade EFPC	130.432
Saldo de Contas - Parcela Participantes portabilidade EAPC	909
Fundos	5.853
Fundo Administrativo	5.549
Fundo para Garantia das operações com participantes	304
<u>Transferência de Gerenciamento</u>	<u>610.444</u>
Provisões matemáticas - Plano Anaparprev	604.591
Participação no Plano de Gestão Administrativo	5.549
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	304

Considerando a transferência de gerenciamento do plano em 2021, as Demonstrações do ativo líquido – DAL e das provisões técnicas – DPT individuais do plano ANAPARPREV apresentam somente os saldos de 31 de dezembro de 2021 sem a comparação com exercício anterior e a Demonstração da Muta     do Ativo Líquido apresenta as transações efetivas entre maio a dezembro de 2021.

1.3 – Participantes Por Plano

	VIVA PECÚLIO		VIVA EMPRESARIAL		VIVA FUTURO		ANAPARPREV	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020(*)
Participantes	27.832	28.678	1.551	1.399	1.732	1.362	2.925	-
Ativos	15.360	19.427	2	-	1	-	670	-
Assistidos	43.192	48.105	1.553	1.399	1.733	1.362	3.595	-
Total								

(*) Em 2020 o plano Anaparprev foi administrado pela Funda     Petrobras de Seguridade Social – Petros.

	TOTAL	
	2021	2020
Participantes	34.040	31.439
Ativos	16.033	19.427
Assistidos	50.073	50.866
Total		

1.4 – Outras informações

Além dos quatro planos de benefícios, há ainda o Plano de Gest     Administrativa - PGA que, por sua vez, tem por objetivo registrar as atividades vinculadas    parte administrativa da Funda     de acordo com regulamento próprio.

A Funda     aplica os recursos financeiros dos planos administrados integralmente no País, não distribuindo dividendos ou participações, sendo o resultado revertido para composiçãõ das reservas para cobertura dos benefícios destinados aos participantes e beneficiários dos planos previdenciários.

A escritura     contábil está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios, capazes de assegurar a verifica     da sua exatid    .

2 - APRESENTA     DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e em conformidade com as Normas Brasileiras de

Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis.

As demonstrações são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e consolidam as posições dos planos administrados pela Fundação.

2.1 – Legislação aplicável

São observadas as seguintes normas para fins de elaboração de tais Demonstrações contábeis:

- I. Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, o qual revogou a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, instituindo alterações nas demonstrações contábeis.
- II. Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que alterou a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, a qual revogou a Instrução da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.
- III. Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NTB 11 e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

2.2 – Demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis exigidas pelo art. 17 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021, são:

Balanco Patrimonial Consolidado - evidencia as posições patrimoniais e financeiras consolidadas da Entidade ao final de cada exercício.

Demonstração Consolidada da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL) - evidenciam as modificações motivadas por adições e destinações no patrimônio social consolidado e no ativo líquido dos planos de benefícios, respectivamente, ao final de cada exercício.

Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - demonstra as receitas e despesas da atividade administrativa da Entidade, evidenciando a alteração do Fundo Administrativo, ao final de cada exercício.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL) - destina-se a evidenciar a posição patrimonial de cada plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios (DPT) - representa a totalidade de compromissos de cada plano de benefícios ao final de cada exercício.

2.3 – Reclassificação das Demonstrações contábeis de 2020

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro

de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeiras de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, a saber: *“Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas”*.

Os ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais estão descritos a seguir.

a) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

- Adi es: abertura dos valores de Contribui es, anteriormente apresentado por R\$51.427 mil, em três grupos: i) Contribui es Previdenciais no valor de R\$50.875 mil, ii) portabilidade no valor de R\$ 251 mil, e iii) Outras adi es previdenciais no valor de R\$301 mil. Como a reclassifica o ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das Adi es totais não foi alterado.
- Destina es: abertura dos valores de Benefícios, anteriormente apresentado por R\$446.656 mil em quatro grupos: i) Benefícios no valor de R\$393.848 mil, ii) Resgates no valor de R\$11.651 mil, iii) Outras dedu es no valor de R\$41.157 mil, e iv) Reversão de Fundos para Garantia das Opera es com participantes no valor de R\$347 mil. Como a reclassifica o ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das destina es totais não foi alterado.

b) Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido do Plano Viva de Previdência e Pecúlio

- Adi es: abertura dos valores de Contribui es, anteriormente apresentado por R\$40.482 mil, em dois grupos: i) Contribui es Previdenciais no valor de R\$40.181 mil, e ii) Outras adi es previdenciais no valor de R\$301 mil. Como a reclassifica o ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das Adi es totais não foi alterado.
- Destina es: abertura dos valores de Benefícios, anteriormente apresentado por R\$440.125 mil em três grupos: i) Benefícios no valor de R\$393.848 mil, ii) Resgates no valor de R\$5.1230 mil e iii) Outras dedu es no valor de R\$41.157 mil. Como a reclassifica o ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das destina es totais não foi alterado.

c) Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido do Plano Viva Empresarial

- Adi es: abertura dos valores de Contribui es, anteriormente apresentado por R\$10.309 mil, em dois grupos: i) Contribui es Previdenciais no valor de R\$10.297 mil, e ii) Portabilidade no valor de R\$12 mil. Como a reclassifica o ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das Adi es totais não foi alterado.
- Destina es: reclassifica o dos valores de Benefícios no valor de R\$6.530 mil para a rubrica de Resgates. Como a reclassifica o ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das destina es totais não foi alterado.

d) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Viva Futuro

- Adições: abertura dos valores de Contribuições, anteriormente apresentado por R\$636 mil, em dois grupos: i) Contribuições Previdenciais no valor de R\$397 mil, e ii) Portabilidade no valor de R\$239 mil. Como a reclassificação ocorreu dentro do mesmo grupo, o valor das Adições totais não foi alterado.

e) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

- Em 2021 os valores das despesas administrativas foram apresentados de forma segregada entre administração previdencial e administração dos investimentos. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas de 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores totais nem do Saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

2.4 – Aprovação da emissão das Demonstrações contábeis

A emissão das Demonstrações contábeis foi aprovada e autorizada pela Diretoria Executiva em 18 de março de 2022.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A contabilidade da VIVA Previdência    elaborada respeitando a autonomia patrimonial de cada um dos planos de benefícios, de forma a identific  -los, separadamente, bem como o plano de gestão administrativa.

Os registros contábeis são realizados conforme a natureza e a finalidade das transações e segregadas da seguinte maneira:

Previdencial - atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art.14 da Lei Complementar n   109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado dos planos de benefícios de natureza previdenciária;

Administrativa - atividade de registro e de controle inerentes    administração dos planos de benefícios; e

Investimentos - registro e controle referentes    aplicação dos recursos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa.

Apresentamos, a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das demonstrações contábeis:

3.1 - Contribuição Previdenciária

Os registros relativos às contribuições previdenciais dos participantes e patrocinadores são contabilizados pelo regime de competência para os planos VIVA PECÚLIO e VIVA EMPRESARIAL, sendo que para as contribuições faturadas por boleto e não pagas em até 30 (trinta) dias, a VIVA constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor integral. Para as contribuições do plano de benefício instituido VIVA FUTURO e ANAPARPREV o registro    excepcionalmente pelo

regime de caixa, conforme permitido pela legislação para planos instituídos, tendo em vistas que estes dois planos são da modalidade de Contribuição definida.

Apesar do fato dos participantes plano VIVA PECÚLIO possuírem suspensão de contribuição como parte do processo de destinação do superávit ocorrido no passado, as contribuições previdenciais permanecem sendo registradas como receita do plano e o seu valor é originário dos recursos registrados em Fundo Previdencial específico para este objetivo.

3.2 - Investimentos

No grupo de Investimentos são escriturados os recursos garantidores das provisões matemáticas e dos fundos previdenciais e administrativo, bem como seus acréscimos e decréscimos.

As aplicações dos recursos dos planos de benefícios administrados pela VIVA Previdência são realizadas por meio:

- i) arteira própria de títulos públicos federais;
- ii) fundos de investimento exclusivos, que englobam os segmentos de renda fixa, renda variável e multimercado;
- iii) fundos de investimentos não exclusivos, que englobam aplicações em Fundos de Investimento em Participações - FIP.

Os investimentos são feitos em conformidade com a Política de Investimentos de cada plano de benefícios, que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo.

O registro contábil dos investimentos é efetuado por tipo de ativo, como segue:

Títulos Públicos: De acordo com a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, os investimentos podem ser classificados nas categorias “Títulos para Negociação” e/ou “Títulos Mantidos até o Vencimento”. Para os títulos públicos que estão classificados na categoria “Títulos para Negociação”, o parâmetro utilizado na determinação do valor de mercado é o PU – Preço Unitário divulgado pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Os títulos públicos da VIVA Previdência estão classificados integralmente na categoria de Títulos para Negociação (“Marcados à Mercado”).

Fundos de Investimentos: Estão demonstrados pelo valor da cota patrimonial do fundo divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Fundação em 31 de dezembro de cada ano. Importante mencionar que os ativos de Renda Fixa mantidos nos Fundos de investimento exclusivo da Fundação Viva são integralmente classificados na categoria de “títulos para negociação”, conforme sistemática apresentada acima.

3.3 – Imobilizado e Intangível

Os itens do ativo imobilizado e intangível estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações acumuladas calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em conta o prazo de vida útil.

3.4 - Exigível Operacional

Na gestão previdencial representa as obrigações a pagar benefícios ou de impostos retidos de pagamento de benefícios aos participantes. Na gestão administrativa representa os valores a pagar com pessoal e encargos, fornecedores e obrigações fiscais. Os valores estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias.

3.5 - Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas em conformidade com a NBC TG 25 (R2), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, apurada com base no prognóstico de perda determinado pelos assessores jurídicos da Fundação.

A Administração da VIVA Previdência entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

3.6 - Provisões Matemáticas

No Plano Viva de Previdência e Pecúlio as provisões matemáticas são apuradas conforme segue:

- Provisões de natureza de Benefício Definido: representa a parcela classificada como Benefícios a conceder – Benefício definido apresentado na DPT do Plano, representando 54% do total das Provisões matemáticas do Plano em 31 de dezembro de 2021 (53% - 2020). São apuradas através do resultado dos cálculos atuariais, efetuados por atuário habilitado, e correspondem ao valor presente dos benefícios futuros dos participantes, deduzidos das contribuições ainda a serem vertidas ao Plano.
- Provisões de natureza de Contribuição Definida: referem-se a reserva financeira que representa o montante das contribuições dos participantes vertidas ao Plano e valores referentes à distribuição do superávit do Plano ainda não pagos, acrescidas da variação apurada pela aplicação dos recursos garantidores até 31 de dezembro de cada ano.

No Plano de Benefícios VIVA EMPRESARIAL, as reservas matemáticas representam o montante das contribuições dos participantes e da patrocinadora vertidas ao Plano, acrescidas da variação apurada pela aplicação dos recursos garantidores até 31 de dezembro de cada ano.

Nos Planos de Benefícios Previdenciários VIVA FUTURO e ANAPARPREV, as reservas matemáticas representam o montante das contribuições dos participantes, sem contribuição patronal por serem planos Instituídos, vertidas ao Plano, acrescidas da variação apurada pela aplicação dos recursos garantidores até 31 de dezembro de cada ano.

O passivo atuarial é formado pelas seguintes contas:

Benefícios Concedidos - compromissos esperados já assumidos pelo plano em favor de seus assistidos; e

Benefícios a Conceder - compromissos esperados com seus participantes que ainda não entraram em gozo de benefício.

3.7 - Superávit Técnico Acumulado

É apresentado somente no Plano VIVA PECÚLIO, ocorre quando o Patrimônio de Cobertura do Plano é maior que as provisões matemáticas, sendo a suficiência financeira registrado como superávit acumulado. Entende-se por Patrimônio de Cobertura do Plano a diferença entre seu ativo total e o somatório do exigível operacional, exigível contingencial e fundos. O Superávit acumulado é dividido em duas subcontas, sendo i) reserva de contingência e ii) reserva especial para revisão de plano.

De acordo com a Resolução CNPC Nº 30, de 10/10/2018, o superávit do plano será destinado prioritariamente à constituição de reserva de contingência, considerando os seguintes critérios como limite, dos dois o menor:

- 25% do valor das reservas matemáticas referentes aos benefícios definidos; ou
- montante a ser calculado da seguinte forma: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})] \times \text{Provisão matemática}$.

O que exceder o limite será empregado na constituição da reserva especial para revisão do plano de benefício, que, ao apresentar saldo por 3 anos consecutivos, deverá ser destinado conforme revisão do plano a ser preparada por atuário, nos termos da legislação vigente.

3.8 - Fundos

Os fundos são assim constituídos:

Fundos previdenciais:

- Plano VIVA PECÚLIO: pela transferência da reserva especial para revisão do plano como parte do processo de destinação do superávit através da suspensão das contribuições dos participantes por período definido pelo atuário;
- Plano VIVA EMPRESARIAL: pelas contribuições regulares patronais não resgatadas pelos participantes que requereram tal instituto e;

Fundo administrativo:

- PGA: na ocorrência de resultado acumulado positivo entre receitas e despesas administrativas.

3.9 - Apuração do resultado do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, com exceção do plano VIVA FUTURO e ANAPARPREV que são contabilizados pelo regime de caixa. A Demonstração da Mutação do Ativo líquido apresenta a composição do resultado com adições (receitas), destinações (despesas), e os acréscimos e decréscimos representados pela constituição das provisões de custeio para Patrocinadoras e Participantes, formando fundos específicos para cada modalidade de plano.

4 – REALIZÁVEL

4.1 - Gestão Previdencial

Descrição		PECÚLIO	EMPRESARIAL	ANAPARPREV	Total 2021	Total 2020
Contribuições Normais	(a)	-	-	3	3	1.574
Contribuições em Atraso	(b)	5	-	-	5	5
Participantes		3.834	-	-	3.834	3.834
(-) Provisão CLD		(3.829)	-	-	(3.829)	(3.829)
Depósito Judicial	(c)	6.679	-	126	6.805	6.645
Outros Realizáveis		84	57	-	141	112
Total Realizável Gestão Previdencial		6.768	57	129	6.954	8.336

- a) O Plano VIVA PECÚLIO não apresenta saldo a receber da contribuição previdenciária dos seus participantes ativos devido ao fato do Plano se encontrar em processo de destinação do seu superávit através de suspensão das suas contribuições previsto inicialmente até janeiro de 2023, tendo sido estendido por mais 36 meses como parte de nova destinação de superávit ocorrida em 2021. Sendo assim, a suspensão de contribuição ao plano será até janeiro de 2026;
- b) Contribuições em Atraso: Refere-se ao provisionamento das contribuições em atraso, substancialmente formadas por cobranças de contribuição previdenciária através de boleto, conforme Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009;
- c) Depósitos em contas judiciais para garantir possível condenação em processos de natureza cível envolvendo discussão de benefícios previdenciais; e

Os planos VIVA FUTURO e VIVA EMPRESARIAL não possuem participação no Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa. Sendo assim, o Fundo Administrativo que totaliza R\$ 13.805 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 8.091 mil em 2020) é segregado da seguinte forma entre os planos VIVA PECÚLIO e o ANAPARPREV:

Descrição	2021	2020
Participação no PGA - VIVA PECÚLIO	7.705	8.091
Participação no PGA - ANAPARPREV	6.100	-
	13.805	8.091

Estes valores são apresentados na Demonstração do Ativo Líquido do Plano – DAL e anulados para fins de apresentação das Demonstrações contábeis consolidadas, conforme detalhado na Nota explicativa nº 11

4.2 - Gestão Administrativa

Descrição		2021	2020
Adiantamento de férias a empregados		55	40
Outros realizáveis	(a)	300	162
Depósitos judiciais	(b)	1.140	274
Total Realizável Gestão Administrativa		<u>1.495</u>	<u>476</u>

- a) Refere-se ao depósito caução em favor da CLX Incorporadora Ltda., Bordalo Administradora de Imóveis Ltda, Matheus Nobre Pinheiro Montandon Borges e CCN Construções e Comércio Ltda, como garantia dos contratos de aluguéis do espaço físico utilizado pela VIVA Previdência.
- b) Refere-se aos depósitos judiciais realizados pela VIVA Previdência referente à ação impetrada em 2020 que questiona constitucionalidade do PIS e da COFINS sobre as receitas administrativas.

4.3 - Investimentos

A VIVA Previdência apurou ganho líquido consolidado dos investimentos em 2021 de R\$ 24.492 mil (R\$ 91.839 mil em 2020), que pode ser apresentada por plano da seguinte maneira:

Plano	2021	2020
Viva Pecúlio	25.923	90.185
Viva Empresarial	(251)	1.638
Viva Futuro	47	16
ANAPARPREV	(1.227)	-
Resultado total dos Investimentos	<u>24.492</u>	<u>91.839</u>

Plano (**)	2021	2020
Viva Pecúlio	1,57%	4,61%
Viva Empresarial	0,36%	2,68%
Viva Futuro	1,33%	4,58%
ANAPARPREV (*)	-0,21%	-

(*) A rentabilidade do plano ANAPARPREV compreende ao período de maio a dezembro de 2021.

(**) As rentabilidades apresentadas acima são “cheias”, ou seja, não inclui a dedução da taxa de administração financeira imputada ao Plano pelo gerenciamento da Fundação Viva e que, contabilmente, é deduzida para fins de apresentação da Rentabilidade líquida dos investimentos demonstrada na DMAL de cada plano.

A variação da rentabilidade entre os planos decorre das diferenças de estratégia de alocação de investimentos entre eles, considerando a suas características e objetivos, conforme os termos e condições estabelecidos na Política de investimentos de cada plano, que é aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

A rentabilidade em 2021 decorreu em parte do cenário econômico brasileiro e, para exemplificar essa situação, o Ibovespa apresentou perdas de 11,93% em 2021 e o IMA-B, que representa o

desempenho dos preços de mercado de títulos públicos NTN-Bs, apresentou rentabilidade negativa de 1,26%.

A seguir a composição consolidada dos investimentos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Descrição		2021	2020
Títulos Públicos (Carteira Própria)	(a)	246.619	497.699
Notas do Tesouro Nacional		246.619	497.699
Fundos de investimento	(b)	2.649.495	2.087.379
Fundos de Investimento em Renda Fixa		356.951	1.560.404
Renda Variável		74.417	487.608
Fundos de Investimentos em Participações		30.034	38.226
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC		-	1.141
Fundos Multimercado		2.188.094	-
Depósito Judicial		31.496	31.496
Operações com participantes	(c)	2.382	-
Total Investimentos		<u>2.929.992</u>	<u>2.616.574</u>

Os recursos de cada plano são os seguintes:

Planos:			
Viva Pecúlio		2.231.649	2.525.214
Viva Empresarial		86.721	82.597
Viva Futuro		4.949	738
Anaparprev		593.693	-
PGA		12.980	8.025
		<u>2.929.992</u>	<u>2.616.574</u>

4.3.1 – Alteração da estrutura de investimentos ocorrida em 2021

Conforme observado, em 2021 houve uma mudança da estrutura dos investimentos, sendo que até o mês de abril de 2021 parte substancial das aplicações estavam alocados em Fundos de investimento em Renda Fixa e Variável, mas em 31 de dezembro de 2021 parcela substancial dos recursos foram alocados em Fundos Multimercado.

Esta mudança se deu em um contexto em que o Brasil apresentava uma baixa taxa de juros, principalmente ao final de 2020 e início de 2021, com a SELIC em sua mínima histórica de 2,0% a.a.. Assim, para que sejam superadas as metas de retorno dos Planos da Fundação Viva, foi necessária maior exposição dos investimentos ao risco. Para gerenciar a exposição ao risco houve a diversificação das carteiras de investimentos dos Planos, alocando em novos ativos como Fundos de Investimentos Multimercados (FIM), que por sua vez, aplicaram em outros ativos, tais como Fundos de Investimento no Exterior e Fundos de Investimentos Imobiliários (FII), que até então não figuravam na carteira de investimento da Entidade.

A forma adotada para operacionalização desta alteração de estrutura, foi a constituição de Fundos de investimentos em contas de Fundos de investimentos multimercados – FIC's de FIM, geridos por instituições selecionadas pela Fundação com *expertise* na gestão destes portfólios, melhorando, assim a qualidade e a diversidade das estratégias de investimentos, tendo como vantagem a redução de custos administrativos.

A meta de retorno estabelecida para os FIC's de FIM, foi resultado de um estudo em que considerou a participação alocada e a rentabilidade esperada, ambos determinados pela Política de Investimentos em cada classe de ativo, de cada Plano de Benefício.

Especificamente, para o Plano Viva Pecúlio foram considerados no estudo as seguintes classes de ativos:

- a) os recursos alocados em FIP e FIDC, que não foram transferidos para os FICs de FIM, tendo permanecidos em carteiras uma vez que são fundos fechados e o resgate não pode ser efetuado a qualquer tempo;
- b) ativos de liquidez, com destinação de recursos para obrigações específicas, quais sejam:
 - (i). o pagamento dos assistidos que optaram pela conversão das suas reservas, sendo que para eles, os recursos são alocados em Fundo de Investimento em Renda Fixa Exclusivo, denominado Mirante Inst FI RF. Os recursos deste fundo não foram transferidos para os FICs de FIM e ainda são apresentados na carteira da Entidade;
 - (ii). permanência mínima de 10% dos recursos alocados em carteira própria em títulos públicos federais mantendo-os até o vencimento; e
 - (iii). Fundo de investimento em Renda fixa para apresentar liquidez mínima da Entidade para honrar as obrigações previdenciárias em relação ao Plano Viva Pecúlio, sendo que estes recursos estão alocados atualmente no Fundo Exclusivo Malibu Inst FI RF.

As operações de investimentos acima foram submetidas a ao Comitê de Investimentos, a Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Apesar do contexto vivido ao final de 2021 com o aumento de taxa de juros, a Entidade entende que esta nova estrutura também é adequada aos objetivos esperados de rentabilidade das aplicações financeiras, sendo que as alocações de investimento são alteradas considerando as informações de mercado.

4.3.2 – Composição dos investimentos consolidada

Um detalhamento dos investimentos, abrindo os saldos dos Fundos exclusivos de Renda Fixa, Variável e Multimercado por ativo pode ser assim apresentado em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Segmento	2021	2020
Renda Fixa		
NTN-B (marcação à mercado)	997.564	403.815
NTN-C (marcação à mercado)	124.376	180.454
LFT e outros (marcação à mercado)	621.582	1.473.835
LTN (marcação à mercado)	251.442	-
Direitos Creditórios (FIDC)	8.595	1.141
	2.003.559	2.059.245
Crédito Privado		
Letras Financeiras	57.159	-
Certificados de Depósito Bancário	5.877	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial	517	-
Debêntures de Companhias Abertas	34.750	-
	98.303	-

Segmento	2021	2020
Renda Variável		
Ações	308.274	487.608
Certificados de Depósitos de Ações	11.779	-
Brazilian Depositary Receipts - BDR (Nível I)	425	-
Fundo de Índice Referenciado em Ações (ETF)	12.878	-
	333.356	487.608
Fundos de investimentos		
Fundos de Invest em Particip. (FIP)	30.034	38.225
Fundo Multimercado Estruturado	261.196	-
Fundo de Investimentos no Exterior	157.475	-
Outros Fundos de Investimentos	12.061	-
	460.766	38.225
Derivativos	130	-
Operações com Participantes	2.382	-
Outros - Depósitos judiciais	31.496	31.496
TOTAL	2.929.992	2.616.574

5 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Descrição	2021			2020	Taxa Anual
	Custo	Deprec.	Líquido	Líquido	Deprec. Amortiz.
Imobilizado					
Computadores e periféricos	100	(3)	97	-	20%
Móveis e utensílios	249	(129)	120	188	10%
Máquinas e equipamentos	158	(41)	117	53	10%
Sistema de processamento de dados	686	(564)	122	222	20%
Sistema de comunicação/equipamentos	60	(35)	25	35	10%
Sistema de segurança	5	(3)	2	3	10%
Total Imobilizado	1.258	(775)	483	501	
Intangível					
Fomento de novos planos (a)	211	(106)	105	148	20%
Total Intangível	211	(106)	105	148	
Total Permanente	1.469	(881)	588	649	

- (a) Fomento de novos planos - Despesas referente aos custos de implantação do Plano VIVA FUTURO, sendo registrado, conforme art. 23 da Resolução CNPC 43/2021 no intangível até a data de aprovação do plano, tendo o término da sua amortização de 60 meses em 2024.

6 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1 - Previdencial

São registrados os compromissos assumidos pelos planos de benefícios previdenciais com a Gestão Previdencial. O saldo da Gestão previdencial a pagar ao final de cada mês é composto basicamente por retenção de imposto de renda sobre os benefícios que, por sua vez, são pagos dentro do mês de competência.

A composição do saldo em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

Descrição		PECÚLIO	EMPRESARIAL	FUTURO	ANAPARPREV	Total 2021	Total 2020
Retenções a recolher	(a)	722	37	1	1.157	1.917	1.808
Outros Valores a Pagar	(b)	320	-	3	54	377	480
Benefícios Previdenciais a pagar - VIVA	(c)	89	-	-	-	89	514
Total Exigível Previdencial		1.131	37	4	1.211	2.383	2.802

- (a) As retenções nos exercícios ocorrem em virtude dos pagamentos de benefícios e são recolhidos no mês seguinte.
- (b) Valores referente a devoluções a serem realizadas a participantes.
- (c) Valores de benefícios processados em dezembro de cada exercício e que foram liquidados em janeiro do ano subsequente.

6.2 - Gestão Administrativa

São registradas neste grupo de contas as obrigações da Fundação, relativamente as despesas administrativas do PGA, conforme segue:

Descrição		2021	2020
Pessoal e Encargos	(a)	1.160	2.065
Serviços de terceiros	(b)	339	60
Retenções a Recolher	(c)	158	137
Outras Exigibilidades		2	2
Total Exigível Administrativo		1.659	2.264

- (a) Representa os encargos da folha de pagamento de dezembro, como INSS, FGTS, contribuição sindical e seguro de vida, além da provisão de férias dos funcionários e respectivos encargos.
- (b) Despesa de serviços de terceiros que serão pagas em janeiro do ano subsequente referente ao mês de dezembro de cada exercício; e
- (c) Retenções do IRRF a ser recolhido no próximo mês.

7 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Neste grupo estão registrados os prováveis valores de desembolso referentes processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva.

Descrição		Provisões			Depósitos Judiciais	
		Saldos em 31/12/2020	Constituição/ (Reversão)	Saldos em 31/12/2021	Saldos em 31/12/2020	Saldos em 31/12/2021
Gestão Administrativa						
Provisão para riscos fiscais:						
PIS - Depósito Judicial	(a)	62	122	184	49	170
COFINS - Depósito Judicial	(a)	286	750	1.036	225	970
		348	872	1.220	274	1.140
Gestão Previdencial						
Provisão para riscos Cíveis:						
Adiantamento Financeiro Aposentadoria	(b)	66.067	14.897	80.964	29	26
Pecúlio por Morte e Outros	(c)	9.308	(367)	8.941	6.083	6.296
Pecúlio Proporcional em Vida	(d)	745	(206)	539	533	357
Anaprev	(e)	-	218	218	-	126
		76.120	14.542	90.662	6.645	6.805
Gestão dos Investimentos						
Provisão para riscos Cíveis:						
CDB Banco BMD	(f)	3.656	(3.656)	-	-	-
CDB Crefisul	(g)	31.496	-	31.496	31.496	31.496
		35.152	(3.656)	31.496	31.496	31.496
		111.620	11.758	123.378	38.415	39.441

a) Contribuição ao PIS e a COFINS

A VIVA questiona a incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas administrativas, por entender que não se enquadram no conceito de receita bruta nos termos da Lei 9.718/98. O montante registrado em 31 dezembro de 2021 corresponde a R\$ 1.220 mil (R\$ 348 mil em 2020), sendo que os valores devidos estão sendo depositados judicialmente. Dessa forma, caso haja decisão favorável, a Entidade levantará os depósitos efetuados e reverterá os valores de provisão.

b) Adiantamento Financeiro por Aposentadoria (AFA)

Em 31 de dezembro de 2021, o valor provisionado desta rubrica totaliza R\$ 80.964 mil (R\$ 66.038 mil em 2020) e é referente ao processo judicial movido pelo SINDISPREV-RJ contra a Fundação, em que o sindicato pleiteia a restituição das contribuições individuais que os seus representados verteram ao plano desde a sua inscrição até o trânsito em julgado da ação, com a sua devida atualização financeira. Em outras palavras, o pedido do Sindicato é para que ocorra a desconsideração do Plano VIVA PECÚLIO como um plano de benefício e ressarcimento dos valores pagos pelos participantes. Apesar de pareceres favoráveis à Entidade emitidos pelo Ministério Público Federal – MPF e pela PREVIC, em 31 de agosto de 2018 o juiz em 1ª instância julgou procedente a ação a fim de reconhecer a extinção da relação jurídica contratual do Plano benefício, determinando, também, a cessação dos descontos mensais e a restituição dos valores pagos a título de contribuição previdencial com correção e juros segundo o Manual de Cálculos da Justiça. Mesmo com a decisão desfavorável em 1ª instância, a Entidade manteve até 2019 o prognóstico de julgamento da ação como perda possível devido a ausência de histórico de perda de ações similares e pelo fato que o pedido dos autores visa desconsiderar toda a relação jurídica instituída entre a Fundação e o participante, que é regida pelas normas da PREVIC.

Entretanto, em 19 de agosto de 2020 ocorreu publicação da sentença de não acolhimento dos embargos de declaração opostos pela Fundação Viva à decisão da 1ª instância e, em face dessa circunstância, os assessores jurídicos alteraram o prognóstico de desfecho desta ação para

Perda Provável, o que ocasionou o provisionamento dos valores estimados deste processo em 2020. A PREVIC apresentou também em 19 de agosto de 2020 embargos de declaração em face da sentença que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fundação Viva, que também apresentou Apelação em 28 de agosto de 2020 sobre a referida decisão. Os recursos pleiteados pela PREVIC e pela Fundação, de interesse comum, estão conclusos para julgamento.

Apesar do prognóstico de perda provável avaliado pelos Assessores jurídicos, a Administração da Fundação permanecerá envidando esforços buscando judicialmente o reconhecimento da relação jurídica existente entre o Participante e a Fundação.

O valor provisionado de R\$80.964 mil foi obtido através da determinação do valor estimado total a pagar de R\$173.587 mil em 31 de dezembro de 2021, apurada de acordo com os critérios definidos pelo juízo, referente às contribuições vertidas ao Plano pelos 3.536 participantes elegíveis, desde o momento da sua primeira contribuição ao plano até os dias atuais, devidamente atualizadas por inflação e juros de mora, adicionados os honorários advocatícios. Deste valor total a pagar, R\$ 92.623 mil fazem parte do saldo das obrigações atuariais com estes participantes registradas nas Provisões matemáticas e foram deduzidos para fins de apuração do valor provisionado.

c) Pecúlio por morte – PPM

Ação movida por participantes que pleiteiam o recebimento do benefício de Pecúlio por Morte – PPM ainda em vida, no percentual integral de 100% ou 80% do que lhe de direito, se houve o pagamento do AFA. No entendimento da VIVA, a morte do participante é condição para o recebimento do benefício, nos termos do contrato previdenciário firmado. O valor provisionado corresponde a R\$ 8.941 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 9.308 mil em 2020). Parte do valor registrado encontra-se depositado judicialmente, totalizando R\$ 6.296 mil em 2021 (R\$ 6.083 mil em 2020).

d) Pecúlio Proporcional em Vida - PPV

Nas demandas, cujo objeto é o pagamento do benefício de Pecúlio Proporcional em Vida – PPV, os participantes alegam abusividade do desconto realizado em decorrência da antecipação do pagamento do pecúlio por morte. O montante registrado em 31 de dezembro de 2021 para os processos classificados como perda provável é de R\$ 539 mil (R\$ 745 mil em 2020), sendo R\$ 357 mil depositado judicialmente (R\$ 533 mil em 2020).

e) ANAPARPREV

Durante o exercício de 2021 ocorreram questionamentos de participantes do plano ANAPARPREV envolvendo concessão de resgate de reserva de poupança e danos morais pelo atraso na concessão do benefício, sendo que o montante em risco é de R\$218 mil que foram classificados como perda provável, para os quais a Fundação VIVA já realizou depósitos judiciais no valor de R\$ 126 mil.

f) CDB do Banco BMD

Processo movido contra o Banco BMD, relativo a aplicações em CDB, registrado no valor de R\$ 3.656 mil em 31 de dezembro de 2020. Considerando que o ativo já foi baixado em anos anteriores, a Fundação VIVA reverteu esta provisão em 2021.

g) CDB Crefisul

Processo movido contra o Banco Crefisul, relativo a aplicações em CDB, registrado no valor de R\$ 31.496 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 31.496 mil em 2020). O valor está depositado em conta judicial no mesmo montante.

Recuperação de Ativos - Ações de Execução

(i). FIDC Union National Financeiros e Mercantis

Em 05/02/2013 foi protocolada, pelos cotistas do FIDC Union National Financeiros e Mercantis, o processo nº 1002019-82.2013.8.26.0100 solicitando o ressarcimento de perdas e danos movida pelo Fundo em face da Oliveira Trust DTVM S.A., Banco Bradesco S.A. e Global Capital S.A. no valor de R\$ 45.500 mil em dezembro de 2021. Este ativo encontra-se integralmente provisionado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, sendo que a expectativa de sua recuperação é baixa, segundo a opinião dos assessores jurídicos.

(ii). Bolero Participações S/A

Em 08/08/2013 foi protocolada a Execução de Título Extrajudicial (Processo 1056320-93.2013.8.26.0100), contra o CCB Bolero Participações S/A, no valor de R\$ 34.076 mil em dezembro de 2021. Este ativo encontra-se integralmente provisionado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, sendo que a expectativa de sua recuperação é baixa, segundo a opinião dos assessores jurídicos.

8 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	Saldos em 31/12/2020	Movimento	Saldos em 31/12/2021
Plano VIVA PECÚLIO (8.1)			
Benefício Concedido	393.220	(187.360)	205.860
Contribuição definida	393.220	(187.360)	205.860
Saldo de Contas dos Assistidos	393.220	(187.360)	205.860
Conversão	387.335	(189.369)	197.966
Benefício especial em vida – BEV	5.885	2.009	7.894
Benefícios a Conceder	1.631.290	(281.831)	1.349.459
Contribuição definida	561.919	(52.561)	509.358
Saldo de Contas - Parcela Participantes	561.919	(52.561)	509.358
Benefício especial em vida – BEV	561.919	(52.561)	509.358
Benefício Definido - Pecúlio	1.069.371	229.270	840.101
Estruturado em Regime de Capitalização Programado	849.081	(143.446)	705.635
Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	220.290	(85.824)	134.466
TOTAL VIVA PECÚLIO	2.024.510	(469.191)	1.555.319

Descrição	Saldos em 31/12/2020	Movimento	Saldos em 31/12/2021
Plano VIVA EMPRESARIAL (8.2)			
Benefício Concedido			
Saldo de Contas dos Assistidos	-	933	933
Benefícios a Conceder			
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora	37.438	1.104	38.542
Saldo de Contas - Parcela Participantes	46.382	369	46.751
	83.820	1.474	85.294
TOTAL VIVA EMPRESARIAL	83.820	2.407	86.227
Plano VIVA FUTURO (8.2)			
Benefício Concedido			
Saldo de Contas dos Assistidos	-	35	35
Benefícios a Conceder			
Saldo de Contas - Parcela Participantes	741	4.192	4.933
TOTAL VIVA FUTURO	741	4.227	4.968
Plano ANAPARPREV (8.2)			
Benefício Concedido			
Saldo de Contas dos Assistidos	-	389.258	389.258
Benefícios a Conceder			
Saldo de Contas - Parcela Instituidores	-	4.779	4.779
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	56.752	56.752
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portabilidade EFPC	-	140.305	140.305
Saldo de Contas - Parcela Participantes Portabilidade EAPC	-	908	908
	-	202.744	202.744
TOTAL ANAPARPREV	-	592.002	592.002
TOTAL CONSOLIDADO	2.109.071	129.445	2.238.516

Na DMPS, está apresentado um Decréscimo de provisão matemática na ordem de R\$475.146 mil, sendo que o quadro acima apresenta Acréscimo de R\$129.445 mil. A diferença se deve ao ingresso do plano ANAPARPREV com provisões matemáticas totais de R\$604.591 mil, conforme detalhado na nota explicativa 1.2.

8.1 - Plano VIVA PECÚLIO

As provisões matemáticas do VIVA PECÚLIO podem ser assim sumariadas:

Descrição		2021	2020
Conversão	(a)	197.966	387.335
BEV	(b)	517.252	567.804
Pecúlio	(c)	840.101	1.069.371
TOTAL PROVISÕES MATEMÁTICAS VIVA PECÚLIO		1.555.319	2.024.510

a) Conversão

O Art. 63 do novo Regulamento do Plano Viva de Previdência e Pecúlio, aprovado em 07/02/2017, por meio da Portaria nº 105 publicada no DOU em 13/02/2017, possibilitou aos participantes do Plano VIVA PECÚLIO, inscritos na data da sua aprovação e que possuía vínculo com o Instituidor, converterem a sua reserva matemática e os excedentes patrimoniais (superávit) proporcionais apurados na modalidade de Benefício Definido para uma conta individual, com característica de Contribuição Definida, para recebimento de renda mensal em período determinado, abrindo mão, conseqüentemente, do benefício de Pecúlio do plano.

O período para conversão foi encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, como resultado, a VIVA Previdência registrou 18.998 participantes que optaram por este dispositivo do regulamento e em 31 de dezembro de 2021 ainda há um saldo a pagar para estes participantes de R\$ 197.966 mil (R\$ 387.335 mil em 2020) que serão quitados de acordo com o período definido por cada participante assistido.

b) Benefício especial em vida – BEV

A Fundação Viva instituiu um novo benefício para aqueles participantes ativos que não optaram pela conversão das suas reservas matemáticas, conforme mencionado anteriormente, denominado Benefício Especial em Vida – BEV. O BEV foi constituído como resultado da revisão do plano obrigatória pelo fato dele ter apresentado saldo em reserva especial por três anos consecutivos, conforme previsto pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

Como a suspensão de contribuição previdenciária dos participantes ativo no Plano não consumiu toda a Reserva Especial, o BEV foi um benefício adicional temporário constituído pela Fundação e aprovado pela PREVIC para ser um meio de distribuição do resultado. O BEV é um benefício de característica de Contribuição definida e possui saldo de R\$ 517.252 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 567.804 mil em 2020), dos quais R\$7.894 mil (R\$5.885 mil em 2020) foram classificados como Benefícios concedidos e referem-se a saldo de participantes que já requereram o benefício e estão recebendo o seu valor parceladamente. Por outro lado, o montante de R\$509.358 mil (R\$561.919 mil em 2020) classificado como Benefícios a conceder refere-se aos valores pagar aos participantes que ainda não requereram o benefício até 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Os critérios para a concessão deste benefício estão descritos no Art. 50 do Regulamento do Plano.

c) Pecúlio

A provisão de R\$840.101 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.069.371 mil em 2020) foi estabelecida e registrada com base em cálculos atuariais realizados pela empresa Lógica Consultoria Assessoria e Consultoria em Atuária. Um detalhamento das principais premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de cada plano é assim apresentado:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Hipóteses Financeiras:		
Taxa Real de Juros	3,06%	2,42%
Projeção do Crescimento real de salário	2,03%	2,03%
Projeção do Crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo – Salários	1,00	1,00
Hipóteses biométricas:		
Taxa de mortalidade geral	AT 83	AT 83
Regime financeiro e métodos atuariais:		
Regime de Capitalização	Método Agregado	Método Agregado

A redução desta provisão em 2021 está relacionada aos seguintes fatos:

- Até 31 de dezembro de 2020, esta provisão continha o montante de R\$174.895 mil referente aos valores que serão devidos para ex-participantes que perderam a condição de participantes ativos do plano e, conseqüentemente, não fazem mais jus ao direito de receber o benefício de Pecúlio. Esta provisão foi inicialmente calculada e constituída em base estimada, tendo em consideração o valor da última contribuição dos ex-participantes para todo o período de permanência do plano corrigidos de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do plano, uma vez que essa seria a base de cálculo disponível para apuração da provisão naquela época. Em 2021, em decorrência da implantação de um novo sistema de gestão, a Fundação Viva revisitou a base de dados histórica envolvendo todas as contribuições dos ex-participantes e recalculou o valor da provisão e verificou a necessidade de redução no saldo da ordem de R\$115.554 mil, cujo ajuste contribuiu para o aumento do superávit do plano VIVA PECÚLIO. Adicionalmente, a Entidade optou por transferir esta um Fundo Previdencial ao invés de mantê-la em Provisão matemáticas, de forma a não impactar o limite da Reserva de contingência e também no cálculo da *duration* do plano, que utilizam o saldo das Provisões matemáticas para a sua apuração; e
- Outro fator que gerou a redução das provisões matemáticas de Benefício definido refere-se ao aumento da taxa de juros. Como o plano possui benefício de pagamento único, o aumento da taxa de juros reduziu o valor presente em 31 de dezembro de 2021 do benefício a ser pago no futuro; e
- Alteração da Nota técnica atuarial do Plano VIVA PECÚLIO considerando a mudança na determinação da idade do participante. Anteriormente, era apurada a idade por arredondamento, ou seja, se o participante tem 70,4 anos, a idade considerada é de 70 anos; se 70,6 anos, a idade é de 71 anos. Com a revisão, passou-se a considerar a idade inteira do participante. Ou seja, se o participante tem 70,4 anos ou 70,6 anos, sua idade resultante é de 70 anos. Esta metodologia considera a idade do participante mais próxima da realidade, visto que, na prática, enquanto o participante não faz aniversário, não se considera a nova idade. Como resultado, parte dos participantes passou a ser um ano mais novo e, conseqüentemente, como menor risco de recebimento dos benefícios principais, visto que quanto menor a idade, menor o risco de morte e mais distante está a data em que receberá o Pecúlio. Esta mudança sutil, não possui reflexo relevante, mas também contribuiu com a redução das provisões matemáticas.

8.2 - Plano VIVA EMPRESARIAL, VIVA FUTURO e ANAPARPREV

Considerando que os planos são na modalidade de Contribuição definida, os valores das provisões matemáticas correspondem ao saldo de contas apurado financeiramente de cada participante. O valor dos Benefícios concedidos refere-se à obrigação dos planos para aqueles participantes assistidos que já estão em gozo de benefício e a parcela referente a Benefícios a conceder engloba o saldo financeiro dos participantes ativos que estão em processo de acumulação de reserva financeira.

9 – EQUILÍBRIO TÉCNICO – SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO

O saldo registrado em Equilíbrio técnico pertence ao plano VIVA PECÚLIO, que está constituído na modalidade de Benefício definido e representa 54% do total das provisões matemáticas do plano. A seguir a composição do superávit técnico do plano VIVA PECÚLIO.

Descrição	Saldos em 31/12/2020	Movimento	Saldos em 31/12/2021
Reserva de Contingência	169.496	(41.801)	127.695
Reserva para Revisão de Plano	103.791	77.202	180.993
Total Superávit Técnico Acumulado	273.287	35.401	308.688

O plano VIVA PECÚLIO apresentou superávit em 2021 de R\$35.401 mil, mesmo considerando o fato de os investimentos terem obtido rentabilidade 1,57% contra uma meta atuarial de 12,84% em 2021. Este superávit foi ocasionado por fatores atuariais que afetaram positivamente o resultado do plano, conforme detalhado na Nota explicativa 8.1 c) supra. A Reserva de Contingência foi constituída conforme disposto na Resolução CNPC nº 30 de 10/10/2018 a qual consolidou todas as Normas Atuariais, sendo o limite calculado pela fórmula: $[10\% + (1\% \times duration)] \times Provisão Matemática$.

Com base nas projeções atuariais apuradas no Sistema Venturo da PREVIC, a *duration* do Plano VIVA PECÚLIO em 2021 foi de 5,20 anos (5,85 anos em 2020) e, por consequência, para cálculo da Reserva de Contingência deve ser considerado a percentagem de 15,20% sobre o valor da Reserva Matemática.

Em 2021 houve redução do limite para Reserva de contingência, motivando, assim, maior destinação do superávit para a Reserva para revisão de plano. Esta redução do limite da reserva de contingência se deu pelos seguintes fatores: i) redução das provisões matemáticas pela transferência do saldo de cancelados para um Fundo Previdencial, reduzindo, assim, a base de cálculo do limite; e ii) redução da *duration* do plano em 2021.

Adicionalmente, o plano VIVA PECÚLIO apresentou em 31 de dezembro de 2021 saldo em Reserva especial pelo terceiro ano consecutivo e, sendo assim, tornou-se obrigatória a revisão do plano em 2022 para fins de destinação desta Reserva especial, de R\$ 180.993 mil. A Entidade está realizando estudos para que este valor seja destinado para a criação de um novo Benefício Especial em Vida – BEV, sendo que a segregação do valor por participante do plano será proporcional ao valor projetado do benefício a ser oferecido. A criação definitiva deste benefício está sujeita a aprovação da PREVIC, conforme estabelecido no art. 27 da Resolução CNPC 30/2018.

10 – FUNDOS

Descrição		Saldos em 31/12/2020	Movimento	Saldos em 31/12/2021
Fundos Previdenciais				
Viva Pecúlio – Destinação de superávit	(a)	79.293	55.199	134.492
Viva Pecúlio – Risco de aumento de salário	(b)	39.442	4.008	43.450
Viva Pecúlio – Participantes Cancelados	(c)	-	72.063	72.063
Viva Empresarial	(d)	192	275	467
		<u>118.927</u>	<u>131.545</u>	<u>250.472</u>
Fundos Não Previdenciais				
Fundo Garantidos das Operações com Empréstimo	(e)	-	277	277
Fundo Administrativo	(f)	8.091	5.714	13.805
		<u>8.091</u>	<u>5.991</u>	<u>14.082</u>
Total Fundos		<u>127.018</u>	<u>137.536</u>	<u>264.554</u>

a) Fundo Previdencial Plano VIVA PECÚLIO – Destinação de superávit

O fundo previdencial para revisão do Plano Viva de Previdência e Pecúlio foi constituído em consonância com a Resolução CNPC 30, de 10/10/2018 e está sendo utilizado para promover a suspensão total das contribuições dos participantes ativos do plano, como forma de destinação do superávit acumulado em exercícios anteriores. Até 31 de dezembro de 2020 o Fundo considerava a suspensão das contribuições que seriam vertidas até janeiro de 2023. Em 2021 houve nova destinação de superávit, ocasionando uma elevação do Fundo Previdencial para considerar a suspensão das contribuições por um período adicional de 36 meses a contar do fim da suspensão atual, ou seja, até janeiro de 2026. No fechamento do exercício, o saldo foi recalculado atuarialmente, sendo avaliado em R\$ 134.492 mil (R\$ 79.293 mil em 2020). Esta provisão será recalculada mensalmente com embasamento técnico atuarial, equivalendo a cada mês ao valor presente atuarial das contribuições futuras para o plano com data final de suspensão.

b) Fundo Previdencial Plano VIVA PECÚLIO – Risco de aumento de salário

Este fundo previdencial foi constituído em 2020 para fazer frente ao risco identificado em revisão atuarial da premissa de crescimento de salários, sendo que o fundo foi construído com recursos do superávit acumulado e corresponde a variação entre as provisões matemáticas apuradas por meio da taxa de crescimento salarial atualmente vigente (3,0% a.a.) e as provisões matemáticas calculadas por meio da taxa de crescimento aplicada pela VIVA Previdência para o encerramento do exercício de 2021 (de 2,03% a.a., conforme mencionado na Nota 8 supra), a fim de garantir uma proteção mínima em relação ao risco atuarial identificado, o qual possui alto potencial de impacto ao plano de benefícios. Caso o risco seja materializado no futuro, o fundo previdencial será revertido para cobrir os impactos registrados no resultado do plano.

c) Fundo Previdencial Participantes Cancelados

Com o objetivo de manter de forma desvinculada com a obrigação do Plano VIVA PECÚLIO envolvendo os Participantes cancelados a pedido ou por inadimplência foram apartadas do saldo das Provisões Matemáticas do Plano e transferidas para um Fundo Previdencial específico, criados pelo atuário responsável do plano, de forma a melhor apresentação esta obrigação. Onde constatou a necessidade de criação de fundo previdencial específico para a conta de provisão

de pagamentos dos cancelados. Em 2020, este saldo era registrado como Provisão matemática e foi transferido para Fundo Previdencial em 2021, conforme detalhado na Nota explicativa 8.1 c).

d) Fundo Previdencial – VIVA EMPERSARIAL

Este fundo possui como finalidade a destinação de eventuais recursos remanescentes das contas de Participante e de Patrocinador, das pessoas com vínculo originado no respectivo Patrocinador e que não foram utilizados para pagamento de Benefícios ou de Resgate, com saldo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 467 mil (R\$ 192 mil em 2020).

e) Fundo Garantidos das Operações com Empréstimo

Saldo do fundo destinado para garantia das operações com empréstimos a participantes do ANAPARPREV.

f) Fundo Administrativo

O saldo do fundo administrativo representa o resultado acumulado do Plano de Gestão Administrativa e pertence aos Planos VIVA PECÚLIO e ANAPARPREV.

11 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

O PGA possui regulamento constituído com base na Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

11.1 - Receitas e fontes de custeio

Constituem fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela Fundação Viva de Previdência:

Descrição		2021	2020
Custeio Administrativo dos Investimentos	(a)	18.185	18.347
Taxa de Administração dos Empréstimos	(b)	3	-
Ganho na Venda de Ativo Permanente	(c)	28	-
Outras Receitas		23	28
Resultado Positivo dos Investimentos	(d)	339	121
		<u>18.578</u>	<u>18.496</u>

- Custeio Administrativo dos Investimentos: Taxa de administração incidente sobre o patrimônio dos planos de benefícios, conforme plano de custeio em vigor aprovado pelo Conselho Deliberativo.
- Taxa de Administração sobre Operações com Participantes: Taxa de administração incidente sobre as operações com empréstimos pessoal do plano ANAPARPREV.
- Ganho na venda de ativo permanente proveniente da redução do espaço físico, devido a adoção do teletrabalho permanente.
- Rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do PGA.

11.2 - Despesas Administrativas

As despesas administrativas foram suportadas pelo saldo dos recursos do PGA conjugada com as fontes de custeio vigentes em cada ano.

As despesas administrativas comuns foram rateadas proporcionalmente de acordo com a quantidade de participantes e volume de patrimônio dos planos de benefícios. A realização das despesas administrativas do ano de 2021 veio em linha com o orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As principais despesas administrativas são detalhadas como segue:

Descrição	2021	2020
Pessoal e Encargos	11.750	12.910
Treinamentos / congressos e seminários	244	242
Viagens e estadias	180	220
Serviços de terceiros	2.983	2.848
Despesas gerais	1.819	1.629
Depreciações e amortizações	294	204
Tributos	283	757
	19.573	20.830

O detalhamento das principais despesas administrativas é apresentado a seguir:

a) Pessoal e encargos

Descrição	2021	2020
Conselheiros	948	747
Dirigentes	2.041	2.115
Pessoal próprio	8.653	9.979
Estagiários	108	69
	11.750	12.910

b) Serviços de terceiros

Descrição	2021	2020
Serviços atuariais, auditoria, contábeis e jurídicos	696	656
Recursos humanos	84	19
Tecnologia da informação	1.357	1.464
Marketing, negócios, inovação e relacionamento com cliente	612	467
Consultoria de investimento	101	42
Consultoria para os órgãos colegiados	133	200
	2.983	2.848

12 – DEDUÇÕES

Demonstramos no quadro a seguir os pagamentos de benefícios por plano e tipo de benefício:

a) Benefícios

Descrição	PECÚLIO		EMPRESARIAL		FUTURO		ANAPARPREV
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Conversão	198.742	237.551	-	-	-	-	-
BEV	53.803	91.442	-	-	-	-	-
Pecúlios	56.926	64.855	1854	-	1.576	-	1.537
Aposentadoria programada	-	-	91	-	31	1	21.637
Aposentadoria por invalidez	-	-	65	-	-	-	185
Pensão por morte	-	-	-	-	-	-	5.605
Constituição Líquida de Contingências	-	-	-	-	-	-	-
	309.471	393.848	2.010	-	1.607	1	28.964

Descrição	TOTAL	
	2021	2020
Conversão	198.742	237.551
BEV	53.803	91.442
Pecúlios	61.893	64.854
Aposentadoria programada	21759	1
Aposentadoria por invalidez	250	-
	342.052	393.848

b) Outras deduções

Descrição	PECÚLIO		EMPRESARIAL		FUTURO		ANAPARPREV
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Utilização do Fundo previdencial	39.204	39.753	-	-	-	-	-
Perdas contribuições previdenciais com autopatrocinado	1.808	1.404	-	-	-	-	-
Outros	-	-	3	-	1	-	13
	41.012	41.157	3	-	-	-	13

Descrição	TOTAL	
	2021	2020
Utilização do Fundo previdencial	39.204	39.753
Perdas contribuições previdenciais com autopatrocinado	1.808	1.404
Outros	17	-
	41.029	41.157

A utilização do Fundo previdencial se deve ao período de suspensão das contribuições dos participantes do Plano Viva Pecúlio como parte do processo de destinação do Superávit, conforme detalhado na nota explicativa nº 10 a).

13 – CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento ao item 30 letra "I" da

Instrução 34 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis da VIVA foi utilizado o balancete auxiliar (Operações Comuns) onde foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Planos	Saldo por Planos 31/12/2020	Balancete Auxiliar 31/12/2020	Saldo Consolidado 31/12/2020
Outros Recursos a Receber	PGA	1.619	1.619	-
Participação no PGA	PGA	13.805	13.805	-
		15.424	15.424	-
Outras Exigibilidades	PECÚLIO	1.381	1.381	-
Outras Exigibilidades	EMPRESARIAL	54	54	-
Outras Exigibilidades	FUTURO	3	3	-
Outras Exigibilidades	ANAPARPREV	181	181	-
Participação no PGA	PECÚLIO	7.705	7.705	-
Participação no PGA	ANAPARPREV	6.100	6.100	-
		15.424	15.424	-

14 – GOVERNANÇA E CONTROLES INTERNOS

A Resolução CGPC nº. 13/2004 estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas operados, a fim de assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos. Em 2021, a VIVA manteve o aperfeiçoamento de sua governança corporativa, como segue:

14.1 – Gestão de Riscos

A Entidade está exposta a diversas naturezas de riscos, inerentes a sua finalidade básica. O processo de gerenciamento de riscos está calcado em princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A gestão de riscos conta com a participação das diversas camadas da estrutura de governança, incluindo as áreas que compõem o organograma organizacional da VIVA, a Diretoria Executiva e os Conselhos.

Os riscos e os controles internos são avaliados periodicamente, em aderência às exigências legais e regulamentares, em especial à Resolução CGPC nº. 13/2004 e os Guias PREVIC de Melhores Práticas. A gestão de riscos compreende várias categorias de riscos, como: estratégicos, de governança, atuarial, contraparte, mercado, liquidez, operacional, legal, regulatório e solvência, provenientes de suas atividades e operações e que podem afetar, em maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e operacionais.

14.2 – Riscos Relacionados aos Investimentos

Reforçados pelo Guia PREVIC de Melhores Práticas de Investimentos, a verificação e o controle de riscos inerentes à gestão dos planos de benefícios são realizados de forma proativa pela Entidade. O objetivo deste tópico é demonstrar como é realizada a análise dos principais riscos agentes no

portfólio, destacando a importância de estabelecer procedimentos que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos, entre eles os riscos, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização. A VIVA não possui investimento que implique em risco de crédito.

a. Gerenciamento de Ativos e Passivos ou Asset Liability Management (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos financeiros é o casamento dos fluxos de caixa entre os ativos e as obrigações da Entidade, ou seja, seus passivos. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre retorno e o risco incorrido para obtê-lo, além de um portfólio que ofereça liquidez no momento em que ela é necessária, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos.

Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, liquidez e preservação dos níveis de solvência (no caso do plano VIVA PECÚLIO).

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são anualmente revisadas, quando da revisão da Política de Investimento - PI dos planos.

Essas estimativas são elaboradas por consultoria financeira com uso de modelo estocástico de otimização de ativos, com alguns parâmetros e simulações que podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. A efetividade da carteira ótima em oferecer retornos acima da Meta Atuarial dentro dos parâmetros de riscos definidos é acompanhada mensalmente, com a geração de relatórios gerenciais.

b. Risco Atuarial

No que compete à gestão dos investimentos, a contribuição para a mitigação dos riscos atuariais decorrentes das principais hipóteses biométricas em razão de sua influência na estimativa dos compromissos providenciais se dá pela utilização dos fluxos financeiros dos passivos bem como pela projeção da volatilidade dos ativos, ambos simulados de forma estocástica (probabilística), para a definição da macro alocação dos ativos através da metodologia de ALM. Dessa maneira, esse portfólio apresentará probabilidades significativas de atender os requerimentos futuros de retorno, liquidez e solvência dos planos.

c. Risco de Mercado

Para fins de gerenciamento do risco mercado, a VIVA Previdência utiliza o *Value at Risk* (VaR) que estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. A utilização de cada modelo dependerá do tipo de mandato e de seus objetivos. Os parâmetros utilizados são: modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95% e horizonte de 21 dias úteis. Também é utilizado o cálculo de volatilidade modelo EWMA, com parâmetro lambda de 0,94.

O limite estabelecido para os planos são:

Planos	VaR
VIVA PECÚLIO	1,55%
VIVA EMPRESARIAL	1,50%
VIVA FUTURO	1,50%
ANAPARPREV	1,50%

O Stress Test avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário.

d. Risco de Crédito

A aplicação no segmento de renda fixa, notadamente quanto à exposição ao risco de crédito privado, é avaliada, dentre outros instrumentos, por meio de rating de títulos de emissões bancárias ou corporativas, sem prejuízos de outros critérios de análise, quando necessário a análise da estrutura do ativo. Seguindo referidos critérios, os planos podem assumir risco de crédito na carteira terceirizada (fundos de investimentos), tendo por base classificação efetuada por agência de risco, onde os gestores terceirizados devem monitorar continuamente o risco de crédito dos ativos em suas carteiras, estando aptos a informar à VIVA Previdência de forma tempestiva, qualquer alteração no grau de risco de crédito dos ativos. Para classificação do risco de crédito será aceito somente rating de agência internacional.

e. Risco de Liquidez

Para fins de mensuração e análise deste risco, são utilizados os indicadores de liquidez com objetivo de evidenciar a capacidade do plano para honrar as obrigações com os participantes no curto e médio prazo, considerando ativos de maior e menor liquidez e a posição em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente. O limite inferior será controlado regularmente sendo, no mínimo, aquele suficiente para fazer jus às obrigações mensais dos planos.

f. Limites de Alçadas

De acordo com as características e o montante proposto para novas alocações, ou ainda para alienação de determinados tipos de investimento, são requeridas autorizações de uma ou mais instâncias da governança da VIVA, dando ciência, explicitando motivações e sujeitando as análises a um extenso grupo de profissionais, com formação multidisciplinar, instâncias essas que têm poder de veto à operação proposta.

Essas instâncias contam com o assessoramento do Comitê de Investimentos da Entidade, órgão que estuda previamente as proposições.

g. Risco de Terceirização de Gestão de Recursos

Este risco é devido a gestão das carteiras de investimentos do plano, que em sua grande maioria,

é realizada por meio de Fundos de Investimentos geridos por instituições financeiras (“GESTOR”) contratadas pela Viva Previdência. Assim, as performances destas carteiras de Fundos de Investimentos dependerão em larga escala das habilidades e expertise do grupo de profissionais do GESTOR. A perda de um ou mais executivos do GESTOR poderá ter impacto significativo nos negócios e na performance financeira do(s) Fundo(s) de Investimentos. O GESTOR também pode se tornar dependente dos serviços de consultores externos e suas equipes. Se esses serviços se tornarem indisponíveis, o GESTOR pode precisar recrutar profissionais especializados, sendo que poderá enfrentar dificuldades na contratação de tais profissionais.

h. Risco Legal

O risco legal está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades de investimentos, será feito por meio de:

- Monitoramento do nível de compliance, através de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às políticas de investimentos, realizados e analisados pelo Conselho Fiscal;
- Contratação de serviços para o monitoramento do risco jurídico da carteira de investimentos.

i. Risco Operacional

A gestão é decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- Conhecimento e mapeamento dos procedimentos operacionais;
- Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo;
- Avaliação dos impactos das possíveis falhas;
- Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados;
- Definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- Estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento;
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento. As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessárias.

j. Risco Sistêmico

O monitoramento do risco sistêmico é realizado por meio da análise de relatórios periódicos

acerca de dados e indicadores da economia nacional e global, visando a identificação de fatores que possam resultar em quebra da estabilidade do sistema financeiro. Além deste, utiliza-se o monitoramento da volatilidade do mercado calculado, o VaR e Stress Test da carteira consolidada conforme parâmetros já estabelecidos anteriormente. Como mecanismo para se tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, bem como para tentar suavizar a intensidade de seus efeitos, a alocação dos recursos é realizada sob o princípio da diversificação. Como mecanismo adicional, a VIVA Previdência poderá contratar gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

k. Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos e à Política Governamental

Trata-se do risco tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em perda de liquidez dos ativos que compõem as carteiras de investimentos dos Planos e a inadimplência dos emissores dos ativos.

14.3 – Riscos Relacionados a Gestão Previdencial

Os planos de previdência têm como característica a acumulação de recursos com horizonte de longo prazo, pois estão atreladas às aposentadorias futuras, fazendo parte do planejamento de vida de cada participante.

Os planos de previdência, no geral, oferecem coberturas por sobrevivência, além de coberturas para benefícios de risco, como morte e invalidez.

A concessão de benefícios, bem como dos institutos do Resgate e Portabilidade têm seus quesitos quanto à elegibilidade especificados em regulamentos, que são previamente aprovados pelo órgão regulador sob um registro denominado CNPB – Cadastro Nacional de Plano de Benefícios.

As contribuições também têm seus parâmetros especificados em regulamento. Entretanto, o nível necessário de aporte é avaliado atuarialmente no encerramento do exercício. Portanto, o nível de contribuições oscila de acordo com o Plano Anual de Custeio. Os riscos mais relevantes dos planos de benefícios são:

- Biométrico – mede a expectativa de vida de participantes válidos e inválidos, bem como apura a expectativa de desligamentos do plano por faixa de idade e sexo. A variação deste risco pode aumentar o nível de compromisso do plano;
- Econômico - traduz a expectativa de taxa de juros ao longo do tempo, de forma a dimensionar no momento presente o valor total dos benefícios futuros;
- Financeiro – mede o crescimento dos salários ao longo do tempo, desconsiderando o efeito da inflação. Portanto, crescimento real.

A Entidade monitora constantemente as premissas atuariais dos planos de benefícios, por meio de testes de aderência, conforme estabelece a legislação, levando em consideração a evolução dos

resultados internos, e cenários externos.

14.4 – Segurança da Informação e Cibernéticos

Em aderência às exigências legais, regulamentares e aos padrões de mercado, destacando-se:

- Segurança no Portal da Fundação para navegação e acesso à área restrita;
- Aderência a Lei Geral de Proteção a Dados (LGPD).

O risco cibernético é inerente a todo e qualquer processo que dependa de recursos cibernéticos, isto é, sistemas ou elementos de sistemas. Se caracteriza pela possibilidade de perda financeira, interrupção das operações, impacto a partir da falha de tecnologias digitais empregadas para funções informacionais e/ou operacionais por vias eletrônicas a partir de acesso não autorizado, uso, divulgação, interrupção, modificação ou destruição do sistema utilizado.

14.5 – Instrumentos Organizacionais

A VIVA Previdência em aderência às exigências legais e às boas práticas de governança corporativa e de gestão, entre outras medidas, estabelece políticas, normativos e procedimentos necessários à execução das suas funções de negócios e como suporte aos seus principais processo.

14.6 – Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal

Os Conselhos, Deliberativo e Fiscal, mantiveram seus procedimentos de trabalho, incluindo uma agenda anual de reuniões e aperfeiçoamento da metodologia de trabalho, possibilitando uma melhor atuação e interação entre si e com a Diretoria Executiva da VIVA.

15 – PARTE RELACIONADAS

As partes relacionadas da Fundação Viva pode ser assim consideradas:

15.1 – Patrocinadores

As patrocinadoras relacionam-se com a Entidade por meio do patrocínio contributivo ao Plano VIVA EMPRESARIAL, uma vez que os demais planos administrados são planos de benefícios Instituídos. No quadro a seguir, são demonstradas as principais operações ocorridas no período entre as patrocinadoras e a Entidade:

Descrição	2021	2020
RESULTADO		
- Contribuições normais		
GEAPREV	5.828	4.129
Fundação Viva	679	719

15.2 – Participantes

As principais operações ocorridas no período entre a Entidade e os participantes relativos aos planos são as seguintes:

Descrição	2021	2020
ATIVO		
- Contribuições a receber		
ANAPARPREV	3	-
- Operações com participantes		
ANAPARPREV	2.382	-
RESULTADO		
- Contribuição normal (receita)		
VIVA EMPRESARIAL	6.305	5.453
VIVA FUTURO	806	396
ANAPARPREV	3.465	-
- Portabilidade (Receita)		
VIVA EMPRESARIAL	-	11
VIVA FUTURO	4.982	239
ANAPARPREV	20.807	250
- Pagamento de benefícios (Despesa)		
VIVA PECÚLIO	310.471	302.406
VIVA EMPRESARIAL	2.010	-
VIVA FUTURO	1.606	1
ANAPARPREV	28.965	-
- Resgate (Despesa)		
VIVA EMPRESARIAL	7.282	6.530
ANAPARPREV	7.150	-
- Portabilidade (Despesa)		
VIVA EMPRESARIAL	113	-
ANAPARPREV	1.089	-

15.3 – Membros ocupantes de funções estratégicas:

A Entidade possui 10 (dez) conselheiros, sendo 6 (seis) deliberativos e 4 (quatro) fiscais, além dos seus respectivos suplentes, além de 3 (três) diretores (incluindo o presidente).

Os principais custos com remunerações e outros benefícios atribuídos a esses membros, que, no



âmbito da Entidade, têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades totalizaram R\$ 2.989 mil (R\$2.863 mil em 2020).

Silas Devai Junior
CPF: 114.580.368-71
DIRETOR PRESIDENTE

Júlio César Medeiros Pasqualetto
CPF: 484.111.400-91
CONTADOR - CRC-RS 047.048/O-S-DF

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<http://sosdocs.clouddocs.com.br/ValidarDocumento.aspx>
informando o código CRC: 444143563674334E6958343D / Página 58 de 58